

Demonstração Financeira

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório dos Auditores Independentes

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.
Serra - ES

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luiz C. Passetti'.

Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.057	40.301
Clientes	6	12.800	8.101
Despesas antecipadas	7	1.071	1.863
Tributos a recuperar	12	513	499
Partes relacionadas	16	-	21
Outros créditos		256	237
Total do ativo circulante		82.697	51.022
Não circulante			
Tributos diferidos	11.a	13.773	13.729
Depósitos judiciais	8	270	22
Imobilizado	9	31.230	20.515
Intangível	10	343.253	250.563
Total do ativo não circulante		388.526	284.829
Total do ativo		471.223	335.851

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
<hr/>			
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		9.830	6.511
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	2.698	2.219
Empréstimos e financiamentos	14	315.740	193.599
Obrigações sociais e trabalhistas	15	4.028	3.674
Outras contas a pagar		29	323
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.c	206	-
Obrigações com o poder concedente	19	453	419
Partes relacionadas	16	3.633	1.992
Total do passivo circulante		336.617	208.737
<hr/>			
Não circulante			
Provisão para manutenção	17	4.115	1.558
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	18	81	-
Outras contas a pagar		4.382	3.834
Total do passivo não circulante		8.578	5.392
<hr/>			
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a	150.000	150.000
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	20.e	444	280
Prejuízos acumulados		(24.416)	(28.558)
Total do patrimônio líquido		126.028	121.722
<hr/>			
Total do passivo e patrimônio líquido		471.223	335.851
<hr/>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	21	272.062	290.943
Custo dos serviços prestados	22	(208.165)	(261.539)
Lucro/prejuízo bruto		63.897	29.404
Despesas operacionais			
Despesas operacionais	22	(11.103)	(24.169)
Outras despesas, líquidas		-	(1)
		(11.103)	(24.170)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		52.794	5.234
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	15.716	4.116
Despesas financeiras	23	(62.159)	(20.334)
		(46.443)	(16.218)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		6.351	(10.984)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(2.253)	-
Diferidos	11.b	44	3.336
		(2.209)	3.336
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		4.142	(7.648)
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) – básico e diluído	24	0,03	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.142	(7.648)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>4.142</u>	<u>(7.648)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de opção com base em ações		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		150.000	(75.000)	72	(20.910)	54.162
Integralização de capital		-	75.000	-	-	75.000
Opções outorgadas reconhecidas	20.e	-	-	208	-	208
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(7.648)	(7.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		150.000	-	280	(28.558)	121.722
Opções outorgadas reconhecidas	20.e	-	-	164	-	164
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.142	4.142
Saldos em 31 de dezembro de 2015		150.000	-	444	(24.416)	126.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido	4.142	(7.648)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido		
Com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	17.781	9.907
Baixa de ativo imobilizado	222	2.486
Encargos financeiros sobre financiamentos e empréstimos	51.598	18.344
Constituição de provisão para manutenção	2.322	1.558
Atualização monetária provisão para manutenção	235	-
Constituição de provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	135	-
Atualização monetária provisão perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	6	-
Levantamento de depósitos judiciais	57	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(23)	-
Tributos diferidos	(44)	(3.336)
Plano de opção com base em ações	164	208
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(4.699)	(8.101)
Tributos a recuperar	(14)	317
Despesas antecipadas	792	(471)
Outros créditos	(19)	1.252
Pagamento dos depósitos judiciais	(282)	(22)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.319	(2.216)
Obrigações sociais e trabalhistas	354	2.126
Impostos, taxas e contribuições a recolher	479	1.452
Partes relacionadas - fornecedores	1.662	947
Outras contas a pagar	254	1.815
Pagamento de provisão para contingências	(60)	-
Imposto de renda e contribuição social	206	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	78.587	18.618
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(16.710)	(14.033)
Aquisição de intangível	(104.698)	(222.382)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(121.408)	(236.415)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	75.000
Credor pela concessão	34	109
Captação de empréstimos	90.996	183.436
Juros pagos	(20.453)	(8.181)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	70.577	250.364
(Redução) aumento líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	27.756	32.567
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.301	7.734
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	68.057	40.301
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	27.756	32.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	182.936	111.553
Com construção	98.851	187.420
Outras receitas	6.116	1.550
	287.903	300.523
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(165.127)	(235.144)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(6.964)	(14.159)
Outros	-	-
	(172.091)	(249.303)
Valor adicionado bruto	115.812	51.220
Depreciações e amortizações	(17.781)	(9.907)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	98.031	41.313
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.716	4.116
Valor adicionado total a distribuir	113.747	45.429
Distribuição do valor adicionado	113.747	45.429
Pessoal	24.965	24.028
Remuneração direta	19.754	19.979
Benefícios	4.258	3.160
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	953	889
Impostos, taxas e contribuições	18.050	6.245
Federais	9.110	793
Municipais	8.940	5.452
Remuneração de capitais de terceiros	66.590	22.804
Juros	61.255	19.716
Aluguéis	4.431	2.470
Outros efeitos financeiros	904	618
Remuneração de capitais próprios	4.142	(7.648)
Lucro do exercício	4.142	-
Prejuízos do exercício retidos	-	(7.648)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2016.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico da Companhia.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação:

1) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) são apresentadas na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

2) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

2) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IAS 16 e 38 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

(ii) Alterações de pronunciamentos já existentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgação) - APLICABILIDADE das divulgações de <i>Offset</i> às Demonstrações Financeiras Condensadas	<p>A alteração suprime a expressão “e períodos intermediários dentro desses períodos anuais” do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas.</p> <p>No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue “uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual”. Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.</p>	<p>A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.</p>

4. Principais usos de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 25,64% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 19.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	2.735	2.729
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	63.169	36.543
Aplicações compromissadas (b)	1.102	-
Aplicações automáticas compromissadas (c)	1.051	1.029
	68.057	40.301

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2015 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 26,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 13,1% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio eletrônico	8.503	7.339
Cupons de pedágio	829	716
Receitas acessórias	3.468	46
	<u>12.800</u>	<u>8.101</u>

Não existem títulos vencidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$1.071 (R\$1.863 em 31 de dezembro de 2014), classificado no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 28.

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	22	-
Adições	282	22
Baixas	(57)	-
Atualização monetária	23	-
Saldo final	<u>270</u>	<u>22</u>

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Custo					Depreciação				Residual		
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
						4	3			4	4	31/12/2013
Hardwares	24,0	10.095	11.639	(59)	-	21.675	(637)	(3.801)	8	(4.430)	17.245	9.458
Maquinas e equipamentos	5,3	211	616	(31)	-	796	(11)	(26)	5	(32)	764	200
Móveis e utensílios	22,7	412	1.355	-	-	1.767	(27)	(247)	-	(274)	1.493	385
Terrenos	-	-	423	-	-	423	-	-	-	-	423	-
Outros	15,3	2.114	-	(4)	(1.377)	733	(31)	(112)	-	(143)	590	2.083
		12.832	14.033	(94)	(1.377)	25.394	(706)	(4.186)	13	(4.879)	20.515	12.126

	Custo					Depreciação				Residual		
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	21,3	21.675	6.262	-	-	27.937	(4.430)	(5.288)	-	(9.718)	18.219	17.245
Maquinas e equipamentos	6,9	796	9.041	-	-	9.837	(32)	(365)	-	(397)	9.440	764
Móveis e utensílios	12,2	1.767	380	-	-	2.147	(274)	(238)	79	(433)	1.714	1.493
Terrenos	-	423	545	-	-	968	-	-	-	-	968	423
Outros	12,6	733	482	(74)	5	1.146	(143)	(114)	-	(257)	889	590
		25.394	16.710	(74)	5	42.035	(4.879)	(6.005)	79	(10.805)	31.230	20.515

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

10. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Contrato de concessão	(*)	21.744	177.177	(1.306)	52.746	250.361	(415)	(5.502)	27	(5.890)	244.471	21.329
Intangível em andamento	-	13.024	44.615	(1.126)	(51.369)	5.144	-	-	-	-	5.144	13.024
Softwares de terceiros	23,0	659	590	-	-	1.249	(82)	(219)	-	(301)	948	577
		35.427	222.382	(2.432)	1.377	256.754	(497)	(5.721)	27	(6.191)	250.563	34.930

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contrato de concessão	(*)	250.361	101.647	(173)	8.011	359.846	(5.890)	(11.522)	25	(79)	(17.466)	342.380	244.471
Intangível em andamento	-	5.144	2.915	-	(8.016)	43	-	-	-	-	-	43	5.144
Softwares de terceiros	19,3	1.249	136	-	-	1.385	(301)	(254)	-	-	(555)	830	948
		256.754	104.698	(173)	(5)	361.274	(6.191)	(11.776)	25	(79)	(18.021)	343.253	250.563

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2015 é de 3,73% (3,40% em 31 de dezembro de 2014).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015	31/12/2015
Prejuízo fiscal	13.171	3.107	(4.101)	12.177	(994)
Provisão para férias e encargos diretores	29	154	(14)	169	140
Provisão para contingências	-	28	-	28	28
Provisão para manutenção (ICPC01)	529	1.414	(544)	1.399	870
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	13.729	4.703	(4.659)	13.773	44
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					
Reconciliação ativo/(passivo)					
Saldo em 31 de dezembro de 2014		13.729			
Receita de imposto de renda reconhecido no resultado		44			
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>13.773</u>			

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos--Continuação*

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	6.551
2016	4.842	4.697
2017	8.091	2.269
2018 a 2038	840	212
	<u>13.773</u>	<u>13.729</u>

b) *Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.351	(10.984)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(2.159)	3.735
Despesas indedutíveis	(47)	(35)
Gratificações diretores	(126)	(260)
Outros	123	(104)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(2.209)</u>	<u>3.336</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.253)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	44	3.336

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

c) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS corrente DRE	2.253	-
Total IR/CS pagos no exercício	(2.047)	-
Saldo final provisão IR/CS	206	-

12. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	513	499
	513	499

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
COFINS	686	483
PIS	147	105
ISS	784	123
INSS fonte	357	377
ISS fonte	295	229
PIS/COFINS/CSLL s/ prest. serv.	250	151
Outros impostos	179	751
	2.698	2.219

14. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Em moeda nacional - BNDES	Maio de 2016	UMBNDDES+4,05% a.a.	113.633	55.171
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP + 4,05% a.a.	141.458	96.888
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP462 + 4,05% a.a.	60.649	41.540
Circulante			315.740	193.599

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	193.599	-
Adições	90.996	183.436
Juros pagos	(20.453)	(8.181)
Encargos financeiros	51.598	18.344
Saldo final	315.740	193.599

O contrato requer a manutenção dos seguintes índices financeiros: (i) a razão entre patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) a razão entre a dívida líquida e o “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O contrato também possui aval da controladora. A Companhia apresenta a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2015:

Índices financeiros	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	20,47%
(ii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,00	3,15

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A1	106.478	96.757	-	Única
A2	34.113	-	-	
B1	45.633	41.467	-	Única
B2	14.620	-	-	
C1	50.703	45.968	-	Única
C2	16.244	-	-	
Total	267.791	184.192	-	

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
Salários e outras obrigações a pagar	1.811	1.704
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	323	292
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	103	95
IRRF a recolher	126	121
Provisão de férias	1.217	1.068
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	448	394
	4.028	3.674

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial Companhia	Natureza	Ativo		Passivo
		Circulante	Intangível	Contas a pagar
Circulante				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	2.097	1.783
Unimar Transportes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	404
Vix Logística S.A. (e)		-	-	446
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)		-	2.135	66
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenh. Ltda. (b)		-	7.344	371
Engenharia e Constr. Aroribóia (g)		-	-	483
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda. (f)		-	1.545	77
Conc. Rodov. Ayrton Senna e Carv. Pinto - Ecopistas (c)		-	-	1
Concessionária de rodovias do Sul - Ecosul (c)		-	-	2
Total em 31 de dezembro de 2015		-	13.121	3.633
Total em 31 de dezembro de 2014		21	34.953	1.992

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	3.503	3.472
	Outras partes relacionadas		
Unimar Transportes Ltda. (e)		2.130	-
Vix Logística S.A. (f)		5.731	-
Total em 31 de dezembro de 2015		11.364	3.472
Total em 31 de dezembro de 2014		13.674	4.884

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$9.073, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

- (b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$12.067. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 há um saldo a pagar no total de R\$437, com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as companhias (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (d) A Unimar Transportes Ltda. ("Unimar") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Unimar e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2015 já havia incorrido o montante de R\$17.197 em serviços prestados. Em 31 de dezembro de 2015 existe um saldo em aberto a pagar de R\$404 de serviços já incorridos.
- (e) A Vix Logística S.A. ("Vix") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Vix e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2015 já havia incorrido o montante de R\$11.464 em serviços prestados. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$446 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (f) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços foi até julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 já havia incorrido o montante de R\$1.545 e há um saldo a pagar de R\$77.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 em R\$1.071 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2014).

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2016, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.172, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance.

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração (fixa/variável)	960	957
Gratificações	-	303
Previdência privada	21	-
Plano de opção com base em ações (Vide Nota Explicativa nº 20.e)	164	208
Remun. baseada em ações (<i>phantom stock option/restricted stock</i>)	27	-
	<u>1.172</u>	<u>1.468</u>

17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 25,64% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	-	2.824	-	-	2.824
Efeito do valor presente sobre a constituição	-	(1.266)	-	-	(1.266)
	-	<u>1.558</u>	-	-	<u>1.558</u>
Circulante	-				-
Não circulante	-				1.558

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para manutenção--Continuação

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2015
Constituição da provisão para manutenção	2.824	6.374	-	-	9.198
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.266)	(4.052)	-	-	(5.318)
Ajuste a valor presente das realizações	-	-	-	235	235
	<u>1.558</u>	<u>2.322</u>	<u>-</u>	<u>235</u>	<u>4.115</u>
Circulante	-				-
Não circulante	1.558				4.115

18. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	135	-	135
(-) Pagamentos	(60)	-	(60)
(+) Atualização monetária	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>81</u>	<u>-</u>	<u>81</u>

a) *Processos cíveis*

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$3.927 em 31 de dezembro de 2015 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

b) *Processos tributários*

Em 31 de dezembro de 2015 não existem processos de natureza tributária (R\$399 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis--Continuação

Política contábil--Continuação

c) *Processos trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2015, existem processos de natureza trabalhista que totalizam R\$3.968 (R\$2.872 em 31 de dezembro de 2014), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

19. Obrigações com o poder concedente

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de fiscalização ANTT	453	419

A Companhia assumiu compromisso decorrente da concessão referente a Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	419	310
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	5.292	4.562
Pagamento	(5.258)	(4.453)
Saldo final	453	419

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2015, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos	31/12/2015 Previsão de 2016-2038	31/12/2014 Previsão de 2015-2038
Melhorias na infraestrutura	1.682.178	1.609.520
Conservação especial (manutenção)	514.606	464.979
Equipamentos	317.588	312.980

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$150.000, representado por 150.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 150.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2015 não há constituição de Reserva Legal.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada em 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo Ecorodovias. O Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2015, foi registrado na rubrica “Plano de opções com base em ações” o valor de R\$164 (R\$208 em 31 de dezembro de 2014).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O Conselho de Administração disponibilizou 262.700 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga
Data	31/08/2010	22/03/2011	25/04/2012	25/04/2013	28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	28.516	30.587	64.754	138.843
Preço de período - R\$ por ação	9,95	13,06	13,58	17,51	12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	64.754	-	64.754
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	64.754	-	123.857
Outorgadas	-	-	-	-	138.843	138.843
Em 31 de dezembro de 2014	-	28.516	30.587	64.754	138.843	262.700
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	-	28.516	30.587	64.754	138.843	262.700

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	17,72	58.545	2,67	157	11 meses
2017	17,73	50.900	3,16	161	23 meses
2018	14,04	34.713	2,10	73	35 meses
		144.158	2,64	391	

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio,
- (b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- (c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto sobre vendas--Continuação

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	83.715	55.203
Pedágio por equipamento eletrônico	87.136	46.715
Vale-pedágio	12.080	9.632
Outras	5	3
	182.936	111.553
Receita de construção (c)	98.851	187.420
Receitas acessórias (b)	6.116	1.550
Receita bruta	287.903	300.523
Deduções da receita bruta (b)	(15.841)	(9.580)
Receita líquida	272.062	290.943

Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	182.936	111.553
Receitas acessórias	6.116	1.550
	189.052	113.103
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(5.672)	(3.393)
PIS (0,65%)	(1.229)	(735)
ISS (2% a 5%)	(8.940)	(5.452)
	(15.841)	(9.580)

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	24.965	24.029
Conservação e manutenção	16.882	5.894
Serviços de terceiros (a)	37.519	39.163
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	2.536	2.860
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	5.292	4.562
Provisão para manutenção	2.322	1.558
Custos com construção	98.851	187.420
Depreciações e amortizações	17.781	9.907
Locação de imóveis e máquinas	4.431	2.470
Outros custos e despesas operacionais	8.689	7.845
	<u>219.268</u>	<u>285.708</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	208.165	261.539
Despesas gerais e administrativas	11.103	24.169
	<u>219.268</u>	<u>285.708</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	5.978	2.702
Variação cambial sobre empréstimos	9.657	1.372
Variação monetária sobre créditos fiscais	79	42
Outros	2	-
	<u>15.716</u>	<u>4.116</u>
Juros sobre financiamentos e empréstimos	(61.255)	(19.716)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(235)	-
Outras	(669)	(618)
	<u>(62.159)</u>	<u>(20.334)</u>
Resultado financeiro	<u>(46.443)</u>	<u>(16.218)</u>

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Lucro (prejuízo) por ação

a) Lucro (prejuízo) básico

O lucro (prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	4.142	(7.648)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	150.000	138.791
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>0,03</u>	<u>(0,06)</u>

b) Lucro (prejuízo) diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 20.e, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2015, a PLR foi de R\$1.294 (R\$1.165 em 31 de dezembro de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dívida (i)	316.193	194.018
Caixa e equivalentes de caixa	(68.057)	(40.301)
Dívida líquida	248.136	153.717
Patrimônio líquido (ii)	126.028	121.722
Índice de endividamento líquido	1,97	1,26

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente circulante (Nota Explicativa nºs 14 e 19).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

a) *Risco de mercado--Continuação*

Considerações gerais--Continuação

- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,80% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos			
Caixa e bancos (b)	Empréstimos e recebíveis	2.735	2.735
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	12.800	12.800
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	65.322	65.322
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	9.830	9.830
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	315.740	315.740
Obrigações com o poder concedente	Outros passivos financeiros	453	453

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$8.460 (R\$7.245 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

d) *Risco de liquidez--Continuação*

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP462 + 4,05%	146.208			
BNDES	TJLP + 4,05%	62.850	-	-	-
BNDES	Cesta de moedas + 4,05%	124.285	-	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras BNDES	Baixa do CDI Alta do TJLP	7.758 (6.825)	5.819 (6.860)	3.879 (6.894)
BNDES	Alta da cesta de moedas	(5.623) (4.690)	(7.311) (8.352)	(8.999) (12.014)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

d) *Risco de liquidez--Continuação*

Análise de sensibilidade--Continuação

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
CDI (a)	14,97%	11,23%	7,49%
TJLP (b)	7,50%	9,38%	11,25%
Cesta de Moedas (c)	4,08%	5,10%	6,12%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$229 (R\$126 em 31 de dezembro de 2014), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros contratados--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Equipamentos	Novembro de 2015 a novembro de 2016	134
Veículos	Julho de 2015 a julho de 2016	Tabela FIPE
"All Risk" - Responsabilidade Civil	Fevereiro de 2015 a maio de 2016	213.158
"All Risk" - Riscos operacionais	Maio de 2015 a maio de 2016	1.477.328
Seguro garantia	Maio de 2015 a maio de 2016	292.241

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Senhores Acionistas

A Administração da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia leva a cinco importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o do Açu (ainda em construção), no Rio de Janeiro, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

Além de operar e fazer a manutenção da rodovia, a ECO101 também será responsável pela duplicação de todo o trecho até o final do contrato de concessão.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2015	2014	Var.
Passeio	16.713	10.102	65,4%
Comercial	35.434	25.296	40,1%
Total	52.147	35.398	47,3%

Tarifa Média (em R\$)	2015	2014	Var.
ECO101	3,51	3,15	11,4%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 52.147 mil em 2015, aumento de 47,3%, devido à cobrança de pedágio ter iniciado em 18 de maio de 2014. Desconsiderando o impacto da não cobrança dos eixos suspensos apresentou aumento de 54,8%.

Em maio de 2015 foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 em 18,6%, sendo 8,1% da aplicação do reajuste anual e o restante referente ao reequilíbrio gerado pela não cobrança do eixo suspenso e reequilíbrio de custos não previstos em contrato.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 287,9 milhões em 2015, redução de 4,2% devido ao decréscimo na receita de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$15,8 milhões.

Receita de Pedágio - crescimento de 64,0%, uma vez que em 2015 foram 12 meses de cobrança de pedágio comparado com cerca de 8 meses em 2014 e também devido ao reajuste contratual nas tarifas de pedágio.

Receita Acessória – aumento de 294,6%, principalmente devido ao aumento proveniente do monitoramento de cargas especiais devido a operação iniciar em maio/2014 e contemplar apenas 7 meses e 22 dias.

Receita de Construção – redução de 47,3%, principalmente, devido ao menor nível de obras exigidas pelo contrato. Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa n.º 21 da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 272,1 milhões em 2015, excluindo a receita de construção a receita líquida Proforma foi de R\$ 173,2 milhões, aumento de 67,4% em relação a 2014.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 23,2% totalizaram R\$ 219,3 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 100,3 milhões, aumento de 15,6%. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$ 25,0 milhões em 2015, aumento de 4,2%, mesmo com o dissídio coletivo de 7,0% no período e contratação integral dos colaboradores nas praças de pedágio em 2015;

Conservação e Manutenção: R\$ 16,9 milhões em 2015, 186,4% superior a 2014, devido a maiores custos relacionado ao cronograma de manutenção preventiva do pavimento, que se concentrou em 2015 e pelo início das operações em 18 de maio de 2014

Serviços de terceiros: R\$ 37,5 milhões em 2015, 4,3% inferior a 2014, essa redução é devido a economias nos contratos de prestação de serviços;

Poder Concedente, Seguros, e Locações: R\$ 12,3 milhões em 2015, 24,2% superior a 2014, esse aumento é devido a taxa de fiscalização da ANTT com início da cobrança em 18 de maio de 2014.

Outros: R\$ 8,6 milhões em 2015, 10,3% superior a 2014, devido aos reajustes nas contas de água e energia elétrica;

Depreciação e Amortização: R\$ 17,8 milhões em 2015, 79,5% superior a 2014, devido ao aumento da base de ativos durante o ano de 2015;

Provisão para Manutenção: R\$ 2,3 milhões em 2015, aumento de 49,0% devido ao aumento na previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis e à maior base de ativos; e

Custo de construção de obras: R\$ 98,9 milhões em 2015. Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2015 foi de R\$ 70,5 milhões (margem EBITDA 25,9%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 72,8 milhões com margem EBITDA de 42,0%. Comparado a R\$ 16,6 milhões em 2014.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 46,4 milhões, crescimento de 186,4% em relação aos R\$ 16,2 milhões negativos em 2014. Esse aumento refere-se, ao aumento da variação monetária sobre empréstimo ponte do BNDES indexado a UMBNDES devido à apreciação do dólar frente ao real (+49,4% em 2015) e pelo aumento da TJLP que impactou o empréstimo ponte do BNDES indexado à esse índice.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido no exercício de 2015 atingiu R\$ 4,1 milhões, enquanto apuramos prejuízo de R\$ 7,6 milhões em 2014.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou dezembro de 2015 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$ 68,1 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por financiamentos e empréstimos) atingiu R\$ 315,7 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$ 247,6 milhões.

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 3,5x. Considerando o Endividamento financeiro líquido/EBITDA pró-forma o indicador foi de 3,4x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas nº 5/14/19 e 26 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

Os investimentos realizados pela ECO101 totalizaram R\$ 121,4 milhões em 2015, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação.

Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$105,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Paulo Roberto Hanke

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores